

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

Edição Quadrimestral | volume 2 | edição nº 2 | 2013

*As estratégias de desenvolvimento na
América Latina e as transformações
na economia mundial (1930-2008)*

Francisco Luiz Corsi



A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

As estratégias de desenvolvimento na América Latina e as transformações na economia mundial (1930-2008) ¹

Francisco Luiz Corsi²

Resumo: O presente artigo discute como as transformações na economia mundial, sobretudo as decorrentes de crises estruturais, condicionaram as estratégias de desenvolvimento na América Latina no largo período que vai da Grande Depressão da década de 1930 a crise aberta em 2007 nos EUA. Especial atenção é dispensada aos projetos nacionais de desenvolvimento. Defende-se no artigo que o surgimento e a crise do desenvolvimentismo, assim como o advento do padrão de acumulação neoliberal, só podem ser explicados, sem desconsiderar a enorme importância das determinações internas, a partir das transformações na divisão internacional do trabalho, das políticas e ações dos países centrais, da posição geopolítica dos países e da correlação de forças em escala internacional.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, Crise, Divisão Internacional do Trabalho, Periferia

Development strategies in Latin America and the changes in the world economy (1930-2008)

Abstract: The present article discuss how world economic transformations, mainly in the course of structural crisis, conditioned the development strategies of Latin America in the large period between the Great Depression in the 1930s and the 2007 open crisis in the USA. The article provides special attention to national development projects. This paper defends that the outbreak and crisis of developmentism, as well the neoliberal accumulation standard advent, may only be explained, not disregarding the great importance of internal factors, from the international division of labor transformations, the policies and actions of main countries, the geopolitical position of countries and the forces correlation in international scale.

Key-words: Development, Crisis, International Division of Labor, Periphery

¹ Este artigo baseia-se em trabalhos apresentados no XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, realizado em 2010, na Universidade Nova de Lisboa, e no 54^a ICA, realizado em 2012, na Universidade de Viena.

² Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Email: flcorsi@uol.com.br

1- Introdução

O objetivo do presente artigo é discutir as estratégias de desenvolvimento na América Latina a partir de uma perspectiva histórica. Essa abordagem parece importante para entendermos os dilemas atuais do desenvolvimento da região e o debate sobre o tema que se intensificou recentemente, particularmente no Brasil. Os países latino-americanos deveriam centrar suas economias nas exportações de produtos primários e manufaturados de baixo valor agregado com uso intensivo de recursos naturais, como parece estar se delineando nos últimos anos, ou caminho seria a ênfase no mercado interno e uma inserção mais dinâmica na economia mundial? Deveríamos seguir o modelo asiático, calcado nas exportações como carro chefe da economia? Isto seria possível no contexto de crise do capitalismo global? É em torno dessas questões que gira as notas a seguir, que não pretendem, obviamente, esgotar os problemas ou sugerir respostas definitivas, constituindo-se em reflexões preliminares sobre o tema.

O foco da análise reside na inserção da América Latina na economia mundial. O desenvolvimento resulta de complexas determinações externas e internas. Sem dúvida que essas últimas são de fundamental importância, mas enfatizamos no presente artigo a análise dos impactos das transformações da economia mundial na periferia, particularmente no que se refere as possibilidades de desenvolvimento. O corte temporal da análise é determinado por duas crises de grande envergadura do sistema capitalista, que reconfiguraram o sistema, embora seja prematuro tirar conclusões sobre os desdobramentos da crise atual.

2- Da crise de 1929 a crise estrutural da década de 1970: os projetos nacionais de desenvolvimento

A década de 1930 foi marcada pela Grande Depressão. A atividade econômica regrediu em quase todos os países do mundo capitalista. Uma das mais importantes consequências da Grande Depressão foi uma relativa desarticulação da economia mundial. A queda acentuada dos fluxos de capital, mercadorias e força de trabalho rompeu com a tendência de contínua integração da economia mundial. Consolidou-se a tendência de redução do livre deslocamento internacional de mão de obra. O sistema multilateral de trocas praticamente desmoronou, prevalecendo em seu lugar acordos bilaterais de comércio e um forte protecionismo. Observou-se um declínio acentuado dos empréstimos internacionais e uma drástica redução dos investimentos diretos externos. Outro elemento importante de

desagregação dos laços econômicos foi o solapamento do frágil padrão ouro-divisas. O desmoronamento do padrão monetário internacional foi fundamental para a constituição de áreas restritas de comércio vinculadas às diferentes moedas.

A relativa desarticulação da economia mundial abriu a possibilidade de saídas nacionais para a crise, voltadas para o mercado interno e que implicavam crescente ação estatal na economia. As desvalorizações competitivas de moedas, os controles de câmbio e importações, as restrições à livre circulação de capitais e de força de trabalho, o comércio bilateral e um forte protecionismo passaram a ser adotadas por um número crescente de países.

A América Latina foi duramente atingida pela crise e muitos países romperam com a ortodoxia e também buscaram novos rumos. Grosso modo, podemos dividir os países da região em dois blocos. Os países menos desenvolvidos tinham limitadas alternativas de mudanças de rumos, pois suas economias pouco diversificadas baseavam-se na exportação de produtos primários e o grau de urbanização era bastante reduzido. Estes países procuraram enfrentar a crise por meio de políticas ortodoxas, que ao contribuírem para reduzir a demanda agregada agravavam a situação³ (Cano, 2000).

Outro grupo formado por países que já tinham uma economia mais diversificada, com um incipiente processo de industrialização e uma urbanização considerável, seguiu trajetória distinta, embora suas economias fossem fundamentalmente agrárias. Este grupo englobava o Chile, a Colômbia, o México, o Brasil e a Argentina. Para esses países havia a possibilidade de adoção de políticas alternativas. Seguindo a tendência internacional, fecharam suas economias e buscaram soluções próprias para a situação. A crise tinha tornado evidente a vulnerabilidade de países dependentes de uns poucos produtos primários de exportação. Pelo menos os principais países da região, a partir de 1931, adotaram controles de câmbio e de importações, políticas creditícias e monetárias de caráter expansivo, medidas que significavam uma maior presença do Estado na economia, políticas de formação de estoques reguladores para os principais produtos de exportação, medidas de proteção e incentivo à indústria e procuram rever o pagamento de suas dívidas externas. De imediato, não se observa a adoção de políticas de cunho industrializante. A preocupação inicial parecia ser em neutralizar a crise através da diversificação da economia (Donghi, 1975; Cano, 2000; Limoncic e Martinho, 2009).

³ Neste caso, encontravam-se Equador, Peru, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Cuba, Haiti, República Dominicana e mais seis países centro-americanos (Cano, 2000).

Contudo, observa-se nesses países ao longo a década de 1930 e mais claramente no período subsequente, com fortes matizes nacionais, a definição de projetos de desenvolvimento, como nos casos do cardenismo no México, do peronismo na Argentina e do vargismo no Brasil. (Llach, 1992; Ianni, 1991).

Este quadro que abria a possibilidades de projetos nacionalistas e desenvolvimentistas projetou-se para as décadas que se seguiram. A reorganização da economia mundial no pós-guerra, sob a hegemonia dos EUA, não fechou as possibilidades abertas na fase anterior. As dificuldades dos EUA em levar a cabo seu projeto de reorganizar a economia mundial sob a égide do livre comércio e da livre circulação de capital forçaram-no a aceitar a permanência, por longo tempo, dos controles de câmbio e dos fluxos de capital, especialmente os de curto prazo. As dificuldades das economias destroçadas pela guerra, as lições da Grande Depressão, a correlação de forças favorável aos trabalhadores no centro e o avanço dos movimentos de descolonização, muitos deles de inspiração marxista, em um contexto de Guerra Fria, abriram espaço para a economia mundial organizar-se com base em fortes economias nacionais e nos países desenvolvidos contribuíram para o florescimento do Estado de Bem-Estar Social. Um dos requisitos para a adoção de políticas voltadas para o desenvolvimento e o pleno emprego era a existência de economias nacionais nas quais havia controles de fluxos de capital, em especial os de curto prazo. O grande capital financeiro internacional, enfraquecido pela depressão, teve que se adaptar a nova situação.

Para a América Latina não se colocava naquele contexto uma estratégia de desenvolvimento dirigida para as exportações. Varguismo, Cardenismo e Peronismo são exemplos de projetos de desenvolvimento voltados para a indústria e para o mercado interno. Embora buscassem fortalecer o capital nacional, internalizar os centros de decisões e garantir uma margem maior de autonomia na definição de suas políticas internas e externas, esses projetos não excluía a participação de capital estrangeiro no financiamento do desenvolvimento e de empresas estrangeiras na economia nacional. Pelo contrário, buscavam com matizes e intensidades diferentes articular o desenvolvimento ao financiamento e ao capital externo. Não buscavam a autarquia econômica e nem romper com o bloco ocidental. Mas eram projetos nacionalistas⁴.

⁴ Vargas, por exemplo, esperava ser possível industrializar o Brasil, garantir sua soberania e conseguir um papel de destaque na América Latina, contando para isso com apoio político, financeiro e tecnológico norte-americano. Com tais objetivos, esse era um difícil projeto no contexto em que os EUA firmavam-se como grande potência e exigiam estrita subordinação dos países que estavam em sua área de influência (Corsi, 2000). Perón buscou, diante a forte crise econômica enfrentada pela Argentina no final da década de 1940, aproximar-se dos EUA e atrair capital estrangeiro para financiar o desenvolvimento argentino (Romero, 2006).

As estratégias de desenvolvimento têm que ser analisadas naquele contexto histórico. Pelo menos para os países mais importantes da região, como México, Argentina e Brasil, a estratégia de garantir um crescimento voltado para o mercado interno parecia à saída mais plausível diante da relativa desarticulação da economia mundial.

A estratégia voltada para as exportações era inviável até a segunda metade da década de 1950. Embora observemos uma retomada do comércio internacional, a possibilidade de sustentar o crescimento nas exportações não parecia alentadora, mesmo porque as economias centrais não estavam abertas para os produtos manufaturados da periferia. Além disso, os fluxos de capitais para a América Latina foram modestos. A divisão internacional do trabalho delineada a partir de 1930 contribuiu para a formação de uma visão negativa das exportações de produtos primários como caminho para o desenvolvimento, claramente expressa no pensamento cepalino. (Arceo e Basualdo, 2006).

Os projetos desenvolvimentistas conseguiram garantir taxas consideráveis de crescimento. Desse ponto de vista, foram um sucesso. De modo geral, esses projetos apresentaram grandes dificuldades de enfrentar os graves problemas de desigualdade e miséria que historicamente assolavam a região e também se mostraram incapazes de completar os processos de industrialização.

Tal incapacidade derivava de vários aspectos, sobressaindo-se os problemas relativos à constituição de um esquema de financiamento interno e externo da acumulação de capital. O Estado se mostrava incapaz de resolver a questão e garantir uma maior ação na economia. As classes dominantes, mesmo aqueles setores beneficiados pelas políticas industrializantes, sempre viram com preocupação o excesso de intervenção estatal na economia, embora muitos setores, particularmente o setor industrial, necessitassem de ampla proteção e auxílio creditício, sem falar na necessidade do Estado assumir os setores que a burguesia não tinha condições de levar avante, mas vitais para a continuidade do crescimento. As classes dominantes também sempre viram com desconfiança as mobilizações operárias e a intervenção dos trabalhadores na vida política. Em momentos de agudização dessas mobilizações, unificavam-se contra qualquer mobilização popular mais intensa, como na queda de Allende e de Vargas, o que fragilizava os projetos nacionais de desenvolvimento. Outro problema era o das políticas cambiais que não incentivam as exportações de bens primários, o que contribuía para aprofundar os crônicos problemas das contas externas, agravados ainda mais pela deterioração dos termos de intercâmbio. O Estado na América

Latina, que aparentemente era forte e isso era bem visível no tratamento dispensado aos trabalhadores, nessas questões mostrava seu lado frágil (Fiori, 1995, Arceo, 2006).

Contudo, a partir de meados da década de 1950 verificou-se a retomada do processo de internacionalização do capital. Este fato marca o fortalecimento dos grandes oligopólios e da grande finança, o que seria um dos fatores da crise da ordem econômica internacional estabelecida em Bretton Woods na década de 1970. A forte expansão das empresas multinacionais em direção às regiões periféricas redefiniu a divisão internacional do trabalho e colocou novas questões para os projetos nacionais de desenvolvimento, que, em muitos casos, estavam em um beco sem saída, sobretudo devido a sérios problemas de financiamento interno e externo. Essas empresas dirigiam-se para a periferia para ocupar os mercados internos, então fortemente protegidos, que tinham potencial de crescimento, mão-de-obra barata, abundância de recursos naturais e tinham alcançado um razoável desenvolvimento prévio. O objetivo não era conquistar uma base para exportar produtos manufaturados baratos para o conjunto do sistema. Isto não se colocava à época O desenvolvimento estava calcado sobretudo na expansão do mercado interno (Belluzzo e Coutinho, 1984; Oliveira, 2003).

Para alguns países, abriu-se a possibilidade de um desenvolvimento baseado na associação com o capital estrangeiro. Nessa fase, começaram a ficar evidentes as crescentes dificuldades de projetos de desenvolvimento com autonomia nacional. A busca de certa autonomia e projeção internacional parecia cada vez mais difícil para a periferia.

Uma comparação entre a América Latina e os países do Leste asiático em desenvolvimento, que tenderam a seguir outro caminho, é ilustrativa. Vejamos o caso da Coreia do Sul. Antes de mais nada, é preciso assinalar que esse país também adotou nos anos 1950 e início da década seguinte uma estratégia de desenvolvimento calcada na substituição de importações, que só conseguiu se sustentar graças às significativas injeções de capital norte-americano. A industrialização via substituição não representava uma saída consistente para esse país, que não tinha um mercado interno potencialmente promissor e nem era dotado de abundantes recursos naturais, que pudessem sustentar uma estratégia calcada em exportações de produtos primários ou contribuir para o financiamento de uma estratégia substitutiva de importações (Amsden, 1992; Canuto, 1994; Goldenstein, 1992; Arceo, 2006; Arrighi, 1997; Velasco e Cruz, 2007. Os próximos parágrafos baseiam-se nessas obras).

Mas algumas características que pareciam obstáculos para o desenvolvimento transformaram-se com as mudanças na divisão internacional do trabalho e no quadro geopolítico da região em vantagens. Inicialmente, a ajuda financeira e posteriormente o

acesso privilegiado ao mercado norte-americano, que só podem ser explicados pelo papel geopolítico da Coreia na guerra-fria, foram de grande importância para o desenvolvimento da região. O estreito mercado interno, os níveis baixos de renda, a população relativamente pequena, o arrocho dos salários e a carência de recursos naturais foram fatores que induziram o país a buscar uma estratégia dirigida para as exportações, o que implicava construir uma indústria competitiva. Cabe destacar também que a situação internacional tinha se alterado substantivamente. O avanço da internacionalização do capital e o acentuado crescimento dos fluxos comerciais abriam novas possibilidades.

No tocante à questão do desenvolvimento tecnológico, outro ponto fraco da América Latina, a Coreia logrou um desenvolvimento em bases nacionais, que só foi possível graças aos fortes investimentos estatais em educação e ao fato das empresas coreanas terem que desenvolver capacidade tecnológica para competir no mercado internacional. As multinacionais, que entraram em larga escala na América Latina a partir de meados dos anos 1950, não se interessaram pela Coreia, com seu mercado exíguo, apesar de sua relativa abundância de mão de obra barata. Isso foi um dos fatores que permitiu a preponderância do capital nacional na economia coreana e induziu ao desenvolvimento tecnológico, pois as multinacionais não têm interesse de desenvolver tecnologia nos países periféricos, elas trazem de suas matrizes pacotes tecnológicos prontos. Além disso, o Estado, que teve grande peso no desenvolvimento do país, ampla política industrial.

O equacionamento da questão agrária também foi chave para o desenvolvimento coreano. A reforma agrária na Coreia do Sul criou um amplo campesinato, que foi importante para a sustentação do Estado autoritário no país e, ao mesmo tempo, neutralizou os grandes proprietários. As massa camponesas consistiam em um reservatório de mão-de-obra barata. É verdade que a reforma agrária só foi possível naquele país devido ao fato das terras distribuídas terem sido propriedades que estavam nas mãos dos japoneses e dos colaboracionistas, nacionalizadas após o término da II Guerra. Contudo, é importante destacar que o governo coreano e os EUA não conseguiram reverter a reforma agrária realizada pelos comunistas em seu avanço no período da guerra que cindiu o país. Também não existia uma burguesia (industrial, comercial e financeira) de peso, dado o próprio desenvolvimento acanhado da economia. Da mesma forma, o proletariado era débil e desorganizado. O Estado também tratou a classe trabalhadora com mão de ferro, o que garantiu elevada taxa de exploração. Esse contexto, conferiu grande autonomia ao Estado coreano para implementar projetos de desenvolvimento, ainda mais que ele contava com forte apoio externo. As

empresas japonesas nacionalizadas foram utilizadas pelo Estado no processo inicial de formação dos grandes grupos nacionais (Silbert, 1997; Velasco e Cruz, 2007).

Na América Latina, o setor da burguesia agrária vinculado às exportações nunca foi anulado. Na Argentina, o seu peso político e econômico foi um dos fatores que retardaram a industrialização. No Brasil, o seu deslocamento da posição hegemônica, em 1930, foi um dos fatores que permitiram um maior avanço da industrialização, mas ele continuou a ter um papel relevante e serviu para impor limites à ação industrializante do Estado. A presença dessas forças sempre foi um dos fatores de instabilidade política na região. Na América Latina a presença das classes populares na vida política foi, no período em pauta, aparentemente maior que na Coreia. Embora esses setores tenham sido um ponto importante de apoio para as políticas industrializantes, nunca foram totalmente subordinados ao Estado, o que exigia reconhecimento de suas demandas e políticas voltadas para os trabalhadores. Isto muitas vezes assustava as classes dominantes que se reaglutinavam para bloquear avanços reais ou imaginários das classes subalternas (Basualdo e Arceo, 2006). O Estado na região nunca teve a autonomia que desfrutou o Estado coreano. Este no plano da política internacional manteve a mais estrita subordinação a política norte-americana. Porém, em compensação, teve espaço para desenvolver uma economia forte, centrada no capital nacional, sem que isso significasse qualquer forma de isolamento, mas sim profunda articulação com a economia mundial.

Os projetos voltados para a industrialização e para o mercado interno, que proliferaram na periferia do sistema entre as décadas de 1930 e 1970, entraram em crise profunda a partir dos anos 1980. O fracasso dos projetos socialistas também pode ser analisado sob essa ótica, pois eles, entre outros aspectos, representavam alternativas de desenvolvimento ao sistema capitalista. Embora tivessem obtido êxito parcial no tocante à industrialização, ao desenvolvimento tecnológico e à melhoria do nível de vida de suas populações, o fracasso desses projetos reforçaria, segundo vários autores, dentre eles Ianni (1992), as enormes dificuldades de um desenvolvimento econômico, social, político e cultural fora do âmbito da sociedade capitalista global.

A crise desses projetos estava vinculada, em parte, a reestruturação do capitalismo iniciada naquele período. Esta reestruturação foi, em grande medida, uma resposta à crise estrutural aberta em 1974 e à crescente contestação social. A reestruturação buscou recompor a rentabilidade do capital então em queda acentuada, reorganizando o processo produtivo, por meio da introdução da chamada “acumulação flexível”, e realocando espacialmente setores importantes da indústria, o que contribuiu para o surgimento de novas fronteiras de

acumulação de capital, em especial na Ásia. Nesses complexos processos, foram introduzidas novas tecnologias que poupam trabalho e diferentes formas de reorganização do processo de trabalho, acompanhadas da desregulamentação do mercado e da precarização das condições de trabalho. Mudanças que contribuíram para fragmentar a classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos. Observa-se rápida e acentuada desregulamentação das economias nacionais, caracterizada pela abertura comercial e, sobretudo, financeira. O incremento da concorrência, a reestruturação produtiva, a incorporação de novos espaços de acumulação (antigo bloco soviético e a China) e as novas tecnologias têm condicionado profundas alterações na posição dos países no capitalismo globalizado (Belluzzo, 2005).

A nova fase do capitalismo iniciada no final da década de 1970 e começo da seguinte, denominada por Chesnais (1996) de mundialização do capital, acarretou um aprofundamento do processo de internacionalização do capital, cujo traço principal é a hegemonia do capital financeiro. A lógica dessa fração do capital passou a condicionar as demais formas do capital, indicando um aprofundamento do entrelaçamento entre elas. Desde o início dos anos 1980, observa-se um crescimento vertiginoso dos mercados de capitais, de câmbio e de títulos em escala global. A constituição desse mercado financeiro global deu-se sob a liderança dos EUA. O dólar é a moeda chave desse mercado e a transnacionalização do sistema financeiro norte-americano é peça fundamental na sua sustentação (Belluzzo, 2005). Esse mercado caracteriza-se pela instabilidade e pela rapidez de seus fluxos. Ao mesmo tempo, os EUA conseguiram reafirmar sua hegemonia, embora as dificuldades em mantê-la sejam crescentes.

Para a periferia do sistema capitalista, um dos marcos desse processo foi a abertura das economias nacionais iniciada ainda na década de 1980. Esse processo foi inspirado no chamado Consenso de Washington, que teve enorme influência na região. Suas propostas não se esgotavam, como assinala Arceo (2006), nas medidas de estabilização da economia, mas eram, sobretudo, uma agenda de reestruturação das economias periféricas com o objetivo de prepará-las e inseri-las na nova ordem global⁵.

⁵ Sobre o Consenso de Washington ver Fiori, 1997.

3- Crise do desenvolvimentismo e o projeto neoliberal

A crise de superprodução dos anos 1970 abriu uma fase de reestruturação do capitalismo de largas consequências para o conjunto da economia mundial⁶. Contrastado com a fase anterior, que apresentou altos índices de crescimento e redução da desigualdade social nos países centrais (Hobsbawm, 1995), seguiu-se um período de baixo crescimento, que se estendeu até 2003, e de grande instabilidade, em especial a partir do final dos anos 1980. Entre 1990 e 2007, verificou-se seis crises baseadas no estouro de bolhas especulativas. O ritmo da acumulação de capital foi bastante desigual nesta fase. As economias desenvolvidas apresentaram um crescimento modesto, embora as taxas não tenham sido homogêneas. Extensas áreas da periferia, sobretudo na América Latina e na África, tiveram um desempenho medíocre, apresentando retrocessos sociais e econômicos significativos, enquanto várias economias do leste asiático apresentaram um crescimento acelerado⁷.

Interessa destacar aqui a incorporação de novos espaços ao processo de acumulação global. Espaços onde o capital pudesse contar com recursos naturais abundantes, legislação ambiental bastante flexível e, sobretudo, mão-de-obra barata e altas taxas de lucro. Essa

⁶ Fugiria dos limites do presente artigo uma discussão detida sobre a a crise dos nos 1970, embora tenhamos particular interesse sobre os seus desdobramentos. Uma discussão sobre este ponto pode ser encontrada em Arrighi (1996 e 2008), Brenner (1999 e 2003), Belluzzo (2009), Fiori (1999), Harvey (1992), Hosbawm (1995) e Mandel (1990). Baseamo-nos amplamente nestas obras nos próximos parágrafos.

⁷ Além do baixo e desigual crescimento, observa-se também o fim da tendência à convergência dos níveis de desenvolvimento presente entre 1950 e 1975 no plano mundial (ARRIGHI, 1996; CHESNAIS, 2006). O PIB real dos cinco países mais ricos do mundo (EUA, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e França) cresceu em média, entre 1950 e 1973, 4,4%. Entre 1973 e 200, esse crescimento foi de 2,3% (Gonçalves, 202, p. 50) O Japão entrou em uma fase de estagnação nos anos 1990, cresceu em média por ano 1,3% nesse período, depois de ter sido o campeão do crescimento econômico na fase anterior. A Europa Ocidental cresceu, nos anos 1990, 2,0% aa, enquanto que entre 1958 e 1973 o crescimento médio do PIB tinha sido de 4,9% a a. Na Europa Central e Oriental, a situação foi mais dramática depois da dissolução da URSS. A região apresentou crescimento negativo de 3,2% entre 1991 e 2000, enquanto que no período 1958-1973 tinha crescido 4,5% a a. Na Oceania também observamos tendência ao baixo crescimento, com uma média anual de 3,2% a a entre 1991-2000. A situação da África também não foge ao quadro geral; o crescimento médio anual do PIB alcançou a cifra de 2,9% nos anos 1990, contra um crescimento médio de 4,7% no período 1958-1973 (GONÇALVES, 2002, p. 111). O PIB latino-americano cresceu em média 54% ao ano entre 1950 e 1973. Entre 1981 e 1990, esse incremento foi de 0,9%. Na década seguinte, o crescimento médio anual do PIB foi de 3,3% (CANO, 1999, p. 294-311; Gonçalves, 2002, p. 111). Porém, a melhora observada na primeira metade da década de 1990 sofreu forte reversão. De 1997 a 2002, quando a economia globalizada entrou em declínio, depois da crise asiática seguida das crises russa, brasileira e argentina e do lento estouro da bolha especulativa de Wall Street, segundo dados apresentados pela CEPAL, a economia latino-americana encontra-se estagnada. No referido período, o PIB da região cresceu em média 1%, enquanto o crescimento demográfico foi de 1,5% , o que acarretou uma queda do PIB *per capita* de 1,45% no período. O caso mais grave foi o da Argentina, que, entre 1999 e 2002, teve uma retração de cerca de 20% do PIB, de 10,9% só em 2002. Níveis comparáveis aos da Grande Depressão dos anos 1930 (CEPAL, 2003). Entre 1991 e 2003, o crescimento médio anual do PIB da América Latina e do Caribe, segundo Singh (2005), foi de 2,8%. A Ásia foi uma exceção, cresceu mais na década de 1990 (7,3% a a) do que entre 1958 e 1973 (5,8% a a), cabendo destacar a China e a Índia, que cresceram em média por ano respectivamente, na década de 1990, 10,5% a a e 5,5%. a. a.

expansão só foi possível graças à abertura das economias nacionais (financeira e comercial) e a um conjunto de inovações (diminuição dos preços de transportes, desenvolvimento das comunicações e da informática), que permitiram as matrizes das grandes empresas controlarem processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente por diferentes regiões do planeta. Por meio de contratos e subcontratos de empresas em rede essas empresas disseminaram processos produtivos fragmentados espacialmente, o que foi importante para retomada da rentabilidade. Esse processo trouxe mudanças significativas para a posição dos países em desenvolvimento na economia mundial. Em 1960, os manufaturados representavam 7% do total de suas exportações, em 1980, 20% e atualmente cerca de 70% (Basualdo e Arceo, 2006; Carneiro, 2007).

Uma característica importante desse processo foi a realocação regional de vários segmentos produtivos, que incorporou milhões de trabalhadores da Ásia à economia mundial, remunerados com salários diminutos, o que contribuiu para enfraquecer o movimento operário nos países desenvolvidos. A incorporação de novos espaços de acumulação, em especial no Leste Asiático, redesenharia espacialmente o capitalismo. Mas essa expansão agravou o problema de excesso de capital, que está na raiz das recorrentes crises das últimas décadas. Esse processo também estava determinado pelas transformações internas dos países da região e pelas suas políticas de desenvolvimento. O peso do crescimento acelerado do Leste Asiático, sobretudo o da China, ficaria evidente a partir de 2003, quando a economia mundial retomaria um vigoroso crescimento.

Nesse contexto, alguns países asiáticos, sobretudo a Coreia do Sul, a Índia e a China, adotaram devido a um conjunto de determinantes históricos projetos de desenvolvimento que lhes possibilitou uma inserção dinâmica no processo de mundialização do capital⁸. Esses países aproveitaram “brechas” na estrutura da economia mundial para se desenvolverem, articulados as novas linhas de expansão do capitalismo global. No entanto, esta trajetória se revelaria inalcançável para a maior parte dos países periféricos, que passaram por momentos de grande instabilidade e crise econômica e social, como o caso do Brasil (Gonçalves, 2002), o que reafirma o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista.

No novo contexto de economias nacionais cada vez mais abertas, os países do Leste asiático, que desde os anos 1960 seguiam, como assinalado acima, estratégias de desenvolvimento voltadas para as exportações, tiveram melhores condições para se adaptarem

⁸ No escopo do presente artigo não é possível desenvolver esse ponto.

às transformações em curso na economia mundial. Situação diversa da enfrentada pelos países latino-americanos, que vinham se desenvolvendo a partir do processo de industrialização via substituição de importações, com economias mais fechadas e voltadas para o mercado interno. Contudo, até o final da década de 1970, as estratégias de desenvolvimento voltadas para as exportações não pareciam sobrepujar a industrialização via substituição de importações (Coutinho, 1999).

Não obstante as diferenças históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais, o elevado crescimento dos países em desenvolvimento da Ásia baseava-se, em geral, em projetos de desenvolvimento inspirados no modelo japonês, caracterizado por ampla ação estatal na economia e estratégias de crescimento voltadas para as exportações. Outros elementos importantes do modelo eram a superexploração da força de trabalho e o uso intenso de modernas tecnologias. Padrão de desenvolvimento que inicialmente limitou-se aos chamados tigres de primeira geração (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) e depois alcançou outros países da região, como Malásia, Tailândia e Indonésia, no que Palma (2004), entre outros, denominou do padrão de desenvolvimento dos “gansos voadores”. O próprio papel do Japão precisa ser ressaltado, pois a partir de meados da década de 1980 as grandes empresas japonesas intensificaram seu processo de internacionalização na região por meio de elevação dos investimentos externos diretos, variadas formas de terceirização de atividades produtivas e constituição de empresas em rede, que implicavam, entre outros aspectos, transferência de tecnologia. Também adotou uma postura distinta quando a crise da dívida externa assolou os países em desenvolvimento. Não cortou os financiamentos externos para os países endividados da região, o que foi de grande importância para esses países enfrentarem aquela difícil conjuntura. Posição bem distinta da norte-americana em sua área de influência (Medeiros, 2006).

A trajetória chinesa não seguiu esse caminho. O ponto de partida do processo de transição para o capitalismo na China parece ser a constatação por parte da liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) dos enormes obstáculos para implantar o socialismo. Percepção reforçada após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS. A “modernização” passou a ser encarada como uma questão vital para sobrevivência política do próprio PCC e do regime e isso implicava profundas reformas econômicas e sociais e maior articulação com a economia mundial. Desencadeou-se a partir do final dos anos 1970 uma via própria de desenvolvimento capitalista, que ainda não está concluída e pode sofrer alterações decorrentes da atual crise. A revolução Chinesa transitou para uma revolução nacional,

pautada por um projeto que tem por objetivo, indícios sugerem, transformá-la em grande potência com pretensões imperiais⁹.

A trajetória da América Latina foi bastante distinta. A nova fase não se mostraria propícia para as estratégias de desenvolvimento voltadas para o mercado interno. Não tanto pela defasagem tecnológica, pois o diferencial tecnológico com os países do leste asiático não era significativo no final dos anos 1970 e início da década seguinte, apesar dos países asiáticos investirem muito mais em educação e pesquisa. A América Latina foi impactada de maneira severa pela crise da dívida externa, que estava intimamente articulada a crise fiscal e a crise inflacionária que atingiram vários países da região. A sobre posição dessas crises asfixiou o desenvolvimentismo, sobretudo ao solapar a capacidade do Estado coordenar e financiar, em parte, desenvolvimento. No bojo desse processo, abriram-se espaços para o avanço das políticas econômicas liberais. No contexto de liberalização comercial e financeira e de taxas de câmbio flexíveis o espaço dos países periféricos para adotarem uma política fiscal e monetária autônoma, visando o crescimento e o emprego, diminuiu consideravelmente (Coutinho, 1996; Basualdo e Arceo, 2006)¹⁰.

A nova fase do capitalismo foi um dos elementos que colocou em xeque o desenvolvimentismo na América Latina. Contudo, o modelo desenvolvimentista começou a ruir mesmo antes das profundas transformações vividas pelo capitalismo a partir dos anos 1980. Não só em virtude do baixo desempenho econômico, da incapacidade de completar o processo de industrialização e do agravamento das condições sociais em muitos países, mas também em razão da ascensão das lutas sociais que marcaram os anos 1960 e 1970. As classes

⁹ Fugiria do escopo do presente artigo uma discussão detida sobre esse ponto. Ver a respeito Arrighi (2008), Medeiros (1999, 2004, 2006, 2010) e Walker e Buch (2007). Utilizamos amplamente esses textos neste e nos parágrafos que se seguem. Mas cabe assinalar a China, que em pouco tempo alcançaria a posição de centro da economia regional, deslocando o Japão dessa posição, vinha implementando, desde a década de 1980, um amplo programa de reformas capitalistas em sua economia. As reformas foram acompanhadas de profundas contradições, expressas na forte concentração da renda, na superexploração da força de trabalho, em acentuados desequilíbrios regionais e na degradação ambiental. Essas reformas na China, que levavam sua economia crescer cerca de 10% ao ano desde o início dos anos 1980, a transformaram na economia mais dinâmica do mundo. A China e os outros países do Leste asiático passaram a constituir-se em nova fronteira de expansão capitalista, um espaço aberto para ampla valorização do capital, cada vez mais centrado na economia chinesa, que tende a descolar o Japão desse papel. Até meados da década de 1990, a China, todavia, ainda não tinha a densidade econômica e política que viria a ter na virada do milênio, quando o processo cumulativo de crescimento possibilitaria um salto qualitativo de seu peso na economia mundial. Esse processo se deu a partir de certa simbiose com a economia norte-americana, que continua determinando a dinâmica da economia mundial. O polo dinâmico de acumulação na Ásia continua subordinado à dinâmica do capital financeiro hegemônico no centro do sistema, como ficou evidente na crise de 1997. Mas essa subordinação parece perder força mais recentemente com o baixo dinamismo do centro desenvolvido do sistema. Embora subordinado ao capital financeiro, esse pólo dinâmico sustenta-se em capitalismo nacionais.

¹⁰ Os próximos parágrafos baseiam-se em especial nessa última obra.

dominantes, temerosas em relação a esses avanços e ao desfecho da luta de classes, unificaram-se e buscaram implementar uma nova disciplina através do mercado¹¹.

As forças que defendiam as políticas neoliberais de abertura e desregulamentação das economias nacionais esperavam a retomada do crescimento com estabilidade de preços e modernização do parque produtivo e da infraestrutura. As expectativas dos neoliberais de que o equilíbrio fiscal, taxas de inflação sob controle, mercados abertos e integrados com o resto do mundo, privatizações, papel reduzido do Estado na economia e maior espaço para a iniciativa privada gerariam um crescimento acelerado e estável, com baixo desemprego, salários reais crescentes e incremento da produtividade, nem de longe se concretizaram (CEPAL, 2008a, p. 63-64). Mas o contexto internacional era bastante adverso, sobretudo em virtude da grande instabilidade dos mercados financeiros decorrente da desregulamentação generalizada das economias nacionais e da formação de mercados globais de valores. Muitos Estados nacionais se viram cada vez mais impotentes ante esses fluxos e “forçados” a submeterem-se aos ditames do capital financeiro.

Apesar do baixo crescimento que marcou a economia mundial até 2003, os países em desenvolvimento do Leste asiático, entre 1991 e 2003, cresceram em média 6% ao ano (Arceo, 2006). Isto se deveu, em parte, ao fato da maior absorção de produtos manufaturados produzidos pela periferia pelo centro do sistema, o que favoreceu os esses países asiáticos. A América Latina, no mesmo período, quando vários países da região abraçaram o chamado “Consenso de Washington”, cresceu em média 2,7% ao ano. O contraste com o período 1930-1980 é visível.

A trajetória da América Latina deve-se a determinações estruturais, a certas circunstâncias adversas e a adoção de políticas econômicas equivocadas. Como assinalou Coutinho (1996), os países da região tiveram dificuldades em acompanhar as mudanças em

¹¹ Esse foi o caso do Chile, que adotou a partir de 1973 uma política liberal que levou a desindustrialização e ao enfraquecimento da classe trabalhadora. A Argentina seguiria o mesmo caminho a partir da implantação da ditadura militar em 1976. Em outros países da região a adoção da estratégia neoliberal foi mais paulatina e se deu sob a pressão de processos hiperinflacionários, de profunda crise econômica, de grave crise fiscal e da crise das dívidas externas. A estatização das dívidas externas contribuiu fortemente para a deterioração da situação fiscal e para o incremento da inflação, enfraquecendo o Estado. A fuga de capitais e a deterioração dos termos de intercâmbio, ausentes na Ásia, pelo menos com a mesma intensidade, foi outro elemento que enfraqueceu a posição dos países latino-americanos. Também foi essencial a contínua pressão dos organismos multilaterais de crédito. Esses processos, em particular o crescente desemprego decorrente da crise econômica, debilitaram a capacidade de resistência da classe trabalhadora. Não por acaso o Brasil, que viveu forte acessão dos movimentos sociais na década de 1980, abraçou a estratégia neoliberal mais tardiamente. Sem dúvida que a adoção dessa estratégia implicou em uma reacomodação dos setores das classes dominantes, com o fortalecimento dos setores financeiros e rentistas e dos vinculados às exportações. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro, que nunca teve solidariedade com o desenvolvimento nacional na periferia. Os setores do capital nacional mais vinculados à produção e ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto, embora também sejam grandes aplicadores do mercado financeiro. A ameaça de uma eventual vitória do Partido dos Trabalhadores, em 1989, unificou os diferentes setores das classes dominantes em torno da candidatura Collor e de seu projeto neoliberal. (Arceo, 2006, Oliveira, 2006, Filgueiras, 2006).

curso a partir da década de 1980. As razões disso são complexas e residem nas condições econômicas, sociais e políticas herdada do período desenvolvimentistas e no o fato de a região ter mergulhado, a partir de 1982, em uma fase de estagnação, marcada por baixos índices de crescimento, crise inflacionária e graves problemas de endividamento externo. A predominância de governos conservadores impediu, naquele momento, um enfretamento com o grande capital financeiro, em particular no que diz respeito a questão da dívida externa. Nessas circunstâncias, os países latino-americanos não tinham condições de implementar com um maior grau de autonomia programas de desenvolvimento para incorporar as novas tecnologias, enfrentar os problemas estruturais e enfrentar as mudanças em curso na economia mundial. As classes dominantes paulatinamente se aglutinaram em torno do projeto neoliberal.

Um dos resultados da adoção das políticas neoliberais foi em vários países da América Latina uma involução estrutural. Isto também está vinculado às dificuldades da região se inserir na nova divisão internacional do trabalho a partir das estruturas pré-existentes. Essa involução aparece claramente no Brasil e na Argentina, que tinham construído uma estrutura industrial relativamente complexa. No caso do México, a expansão das indústrias maquiladoras não representou um salto qualitativo em seu setor industrial. O modelo desenvolvimentista não gestou as condições sociais e econômicas para enfrentar o novo contexto (Palma, 2004; Arceo e Basualado, 2006). A estratégia neoliberal também se mostrou incapaz de resolver essas questões.

A América Latina apresentava, quando da abertura de suas economias nacionais, sérios problemas de competitividade. Os custos salariais eram maiores que os do Leste Asiático. Defasagem tecnológica era considerável, pois durante a fase anterior não tinham sido feitos esforços relevantes para um desenvolvimento tecnológico autônomo, em parte devido ao próprio peso das empresas estrangeiras na economia. A partir de 1980 nenhum setor de classe mais vinculado ao mercado interno se mostrou capaz de rearticular um novo projeto de desenvolvimento, o que abriu espaço para as facções rentistas. Nas circunstâncias de crise de endividamento externo e crise inflacionária as economias da região estavam sobremaneira vulneráveis a uma abertura rápida da economia, justamente o que propunha a estratégia neoliberal vencedora nos embates políticos do período (Basualdo e Arceo, 2006).

A participação do setor industrial no PIB da América Latina caiu 30% entre 1975 e 2000, acompanhando a queda da participação da região na produção industrial da periferia, que foi de 37% para 26% no mesmo período. As exportações em relação ao PIB da região

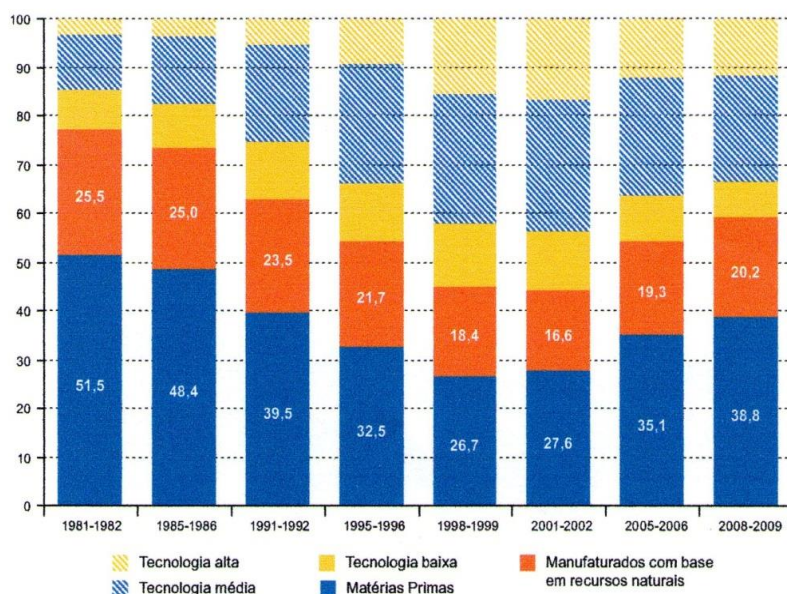
subiram de 11,6% para 23,7% entre 1975 e 2003. Se excluirmos o México, dado o grande peso que as maquiladoras têm em sua economia, 67,5% das exportações da América Latina, em 2003, consistiam de produtos primários e manufaturas básicas que utilizam recursos agropecuários, florestais e minerais. (Basualdo e Arceo, 2006, p. 46-55).

Embora o terreno viesse sendo preparado pelas políticas neoliberais, não era evidente, até o final da década de 1990, o processo de reprimarização das exportações, que avançou na fase de ascensão da economia mundial entre 2003-2007. O gráfico 1 é ilustrativo. Os dados apresentados indicam que as exportações da América Latina, no período recente, concentram-se nos setores menos dinâmicos. No início dos anos 1980, as exportações da região estavam concentradas em produtos primários e manufaturados de baixa intensidade tecnológica. No final da década seguinte, a situação tinha se alterado, a região exportava, sobretudo, produtos manufaturados. A situação inverteu-se novamente na década de 2000. Observa-se o crescimento das exportações de produtos primários. Por outro lado, a participação nos setores de alta tecnologia, que têm alcançado as mais altas taxas de crescimento no comércio internacional, é modesta¹².

¹² Cabe mais um comentário sobre o México. Este país tem um forte desempenho exportador em virtude da chamada indústria maquiladora, mas que não se traduz em termos de crescimento do PIB. O tratado de livre comércio com os EUA e o Canadá (o NAFTA), criou as condições para as grandes corporações norte-americanas transferirem a parte final de suas cadeias produtivas para os Estados fronteiriços com os EUA, buscando mão-de-obra barata, controles frouxos sobre o meio ambiente, incentivos fiscais e infraestrutura adequada. O nível de valor adicionado às cadeias produtivas no México é bastante reduzido (Palma, 2004).

Gráfico 1

AMERICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS AO MUNDO DESDE INÍCIOS DOS ANOS OITENTA
(Em porcentagens do total em valor)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

(CEPAL, 2010, p. 13)

É interessante observar que a cristalização de uma inserção na economia mundial baseada sobretudo nas exportações de produtos primários coincidiu com a crise dos projetos neoliberais, cujo um dos resultados foi a guinada para a centro esquerda observada na região a partir de 2003, representada pelos governos Lula, Correia, Chavez, Morales e Kirchner. Um pouco mais tarde, forças de centro-esquerda também foram eleitas no Uruguai e no Paraguai. A vitória dessas forças denota, entre outros aspectos, o rechaço popular às políticas neoliberais. Lula e Kirchner aparentemente não tinham um programa de ruptura com as políticas neoliberais, embora o governo argentino tenha caminhado mais nesse sentido. Buscaram flexibilizar as políticas neoliberais. Correia, Chavez e Morales defendem um projeto nacional de ruptura com o neoliberalismo, mas o parco desenvolvimento de suas economias, a pressão internacional e a falta de clareza do que seja o “socialismo do século XXI” tolhem as possibilidades de desenvolvimento de seus países. A Bolívia, o Equador e a Venezuela continuam fortemente dependentes das exportações de commodities. A economia peruana, como a chilena, que apresentou bom resultado nesta fase, também cresceu, em boa medida, puxada pelas exportações, não obstante o governo peruano não ter rompido com a política de caráter neoliberal seguida desde o período anterior

Indícios sugerem que a reprimarização das exportações latino-americanas aprofundou-se com a ascensão do Leste asiático, em particular da China, como novo centro dinâmico da acumulação de capital em escala mundial. A forte expansão das exportações da América Latina dos últimos anos se deve, em parte, as exportações de commodities para China, país carente de matérias-primas e alimentos e que apresenta grande complementariedade com as economias latino-americanas.

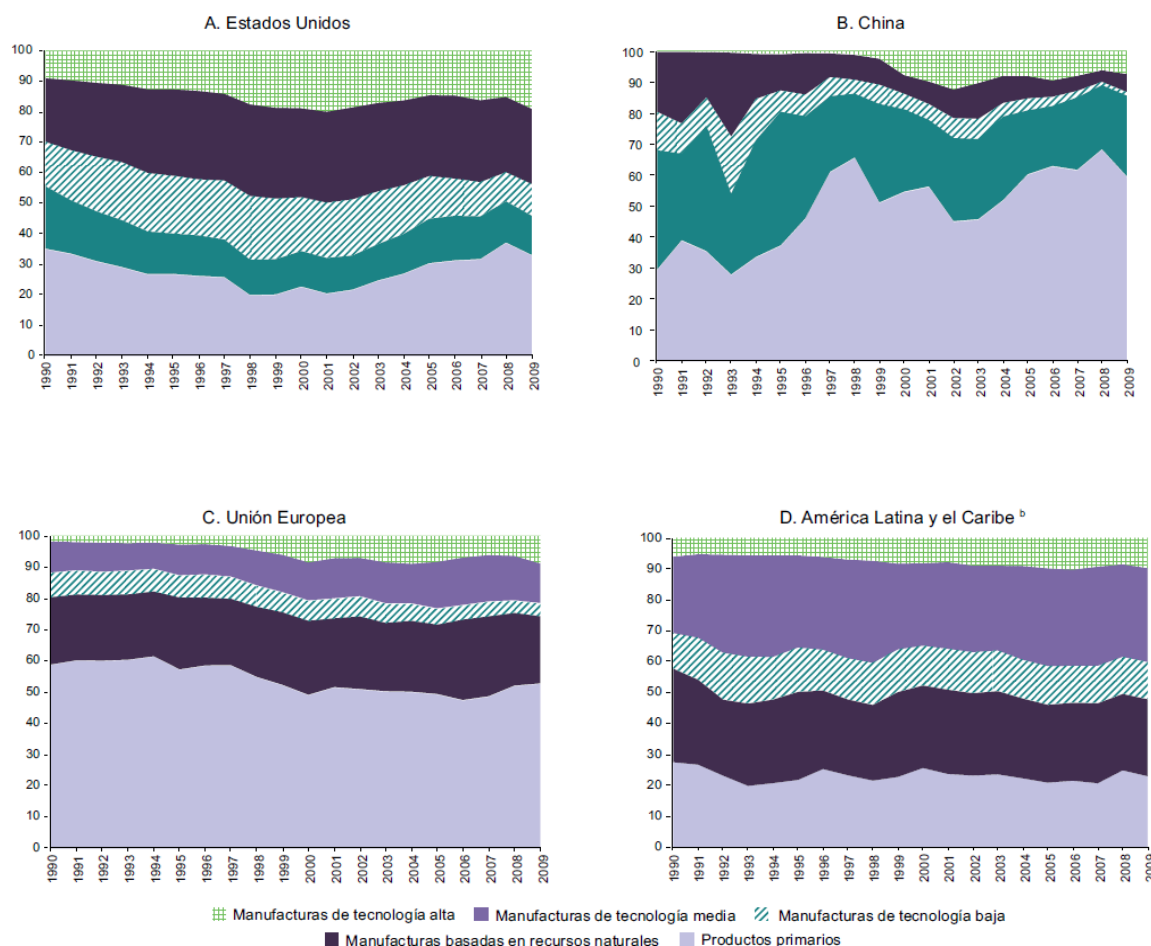
Na fase de ascensão da economia mundial (2003-2007), a crescente demanda chinesa por matérias primas e alimentos foi, em parte, responsável pelo aumento dos preços e do volume das exportações e pela melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, o que contribuiu para o bom desempenho da atividade econômica da região no período¹³. Mas não podemos esquecer a frenética especulação com commodities no período. Esses processos se entrelaçam. Observa-se grande crescimento do comércio com a região da Ásia-Pacífico. No que se refere às exportações, do total das exportações latino-americanas, em 2000, 5,3% dirigiam-se para esta região. Este número saltou para 17,2%, em 2010. Quanto às importações observa-se evolução semelhante. Em 2000, 10,6% das importações da América Latina provinham da Ásia – Pacífico. Em 2010, eram 27,2%. Em relação aos EUA observa-se um relativo declínio. Em 2000, a América Latina enviava 59,7% de suas exportações para este país e importava o correspondente a 50,4%. Dez anos depois, as alterações foram substantivas. As exportações para os EUA caíram para 39,6% do total exportado e as importações provenientes desse país caíram para 29,1%. Para a União Europeia, as exportações latino-americanas, em relação ao total exportado, passaram de 11,6% para 12,9%, no período em pauta. Enquanto as importações da União Europeia passaram de 14,2% para 13,7% do total importado pela América Latina. Nesse mesmo período cresceu o peso comércio inter-regional. (CEPAL, 2011a, p. 71-72). Apesar do crescimento das exportações latino-americanas entre 2000 e 2010, estas cresceram abaixo da média mundial.

A Ásia importa da América Latina, sobretudo, bens de baixo valor agregado (manufaturas de recursos naturais e bens primários). Este fato é particularmente relevante em relação à China. O aumento do peso comercial da União Europeia também reforça essa tendência. Os dados apresentados no gráfico 2 são ilustrativos:

¹³ Por exemplo, a participação da China no consumo mundial de minério de ferro, entre 2002 e 2007, subiu de 22,3% para 43,9%. Neste mesmo período, o preço do minério elevou-se em 184,7%. No que se refere ao cobre à participação chinesa subiu 18,2% para 27,1% e os preços foram majorados em 356,5%. Embora apresentando cifras mais modestas, comportamento semelhante pode ser observado nos 15 produtos mais importantes da pauta de exportação da região. A forte elevação dos preços das commodities também se deveu a desvalorização do dólar (cerca de 25%) e sobretudo a especulação, que tomou conta desses mercados (Jenkins, 2011, p. 79-82).

Gráfico 2

América latina e Caribe: exportações de acordo com a intensidade tecnológica, 1990-2009. Países selecionados (em %)



Fonte: CEPAL (2011a, p. 74-75)

Os países sul-americanos foram os mais favorecidos pelo crescimento das exportações de bens primários, vinculado à expansão da China. Em 2000, as exportações para China representavam 8,3% das exportações totais do Brasil e 20% das chilenas. Hoje, a China ocupa o primeiro lugar como compradora das exportações desses dois países e segundo lugar nos casos do Peru e da Argentina. Os países cujas economias são especializadas nas exortações de bens primários se beneficiaram com o intenso comércio com a China. Argentina, Colômbia e Brasil, embora tenham também se beneficiado do comércio com o país asiático, sofrem

crecente concorrência em uma série de linhas de produção, em particular no caso brasileiro. Seja como for, os termos de intercâmbio para a América do Sul, entre 2000 e 2010, melhorou cerca de 60%, graças, em boa medida, a ampliação da demanda chinesa por bens primários. Enquanto os países centro-americanos e o México não se beneficiaram desse processo. Suas exportações para a China representam 2% do total exportado por eles. Estes países também foram os que mais sofreram com a concorrência chinesa no tocante a bens manufaturados, principalmente no mercado norte-americano, no qual as suas indústrias maquiladoras tinham larga presença. Não por acaso, os termos de intercâmbio dos países centro-americanos, entre 2000 e 2010, declinaram 14%. O México não foi tão afetado devido à elevação dos preços do petróleo. (CEPAL, 2011a, p.33-34)

Entre 2000 e 2007, o comércio com a China cresceu de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 93 bilhões. As exportações da América Latina e Caribe de matérias-primas no período 1990-1999 cresceram em média 2,6% e, entre 2000-2009, 11,4%. As de manufaturados nos mesmos dois intervalos de tempo cresceram respectivamente 14,7% e 5,3%, sendo que os produtos manufaturados de alta tecnologia tiveram o pior desempenho. As exportações desse segmento cresceram em média por ano 35% entre 1990-1999 e 3,8% no período 2000-2009. Enquanto as dos demais segmentos apresentaram um crescimento melhor, embora seu ritmo também tenha desacelerado, com exceção das exportações de manufaturas baseadas em recursos naturais, cujo ritmo de crescimento foi de 8,9% , entre 2000 e 2009, contra 7,5% no período 1990-2000 (CEPAL, 2010, p. 95-96).

Para várias economias periféricas a crescente demanda por commodities por parte da China tem sido um fator de grande relevância para o crescimento tanto na fase de expansão 2003-2007 quanto na da crise atual. Suas importações têm contribuído para o crescimento das economias periféricas exportadoras de commodities. Em 2009, enquanto as exportações latino-americanas para os EUA e para União Europeia declinaram respectivamente 26% e 29%, as para a Ásia cresceram 4%, sendo que para a China esse número foi de 11% (CEPAL, 2011b, p. 13) A China também tem crescentemente ampliado seus investimentos externos diretos. Esses investimentos destinam-se, sobretudo, a incrementar a produção de matérias-primas, manufaturas e energia na periferia. Em 2010, por exemplo, a China realizou uma série de investimentos na América Latina nos setores de petróleo, energia, mineração, siderurgia, telecomunicações e automóveis que superaram os US\$ 15 bilhões. Porém, cabe salientar que os investimentos diretos chineses na América Latina ao concentrarem-se nos setores voltados para extração de recursos naturais reforçam a inserção pouco dinâmica da região na economia

mundial. A China é o terceiro investidor na região com 9% do total dos IDE, sendo superada pelos EUA (17%) e pelos Países baixos (13%) (CEPAL, 2011b, p.25).

A crise aberta em 2007 e aprofundada a partir de 2008 parece ter contribuído para aprofundar essas tendências. A América Latina acompanhou as demais regiões periféricas e cresceu, em 2010, 5,9%, depois de ter sofrido uma retração no PIB de 2,0% no ano anterior. A retomada da atividade econômica baseou-se tanto no crescimento do consumo e dos investimentos quanto no incremento das exportações, que foram impulsionadas pela crescente demanda Chinesa. A formação bruta de capital fixo que tinha caído 9,9%, em 2009, cresceu 11,2% em 2010, representando 21,3% do PIB, contra 20,8% no ano anterior. Taxa baixa se comparada com as dos países da Ásia em desenvolvimento. O consumo retraiu-se relativamente pouco. Expandiu-se apenas 0,1%, em 2009, e voltou a crescer 5,5% em 2010. Neste ano o PIB, voltou a crescer 6,1%. Mas com o repique da crise mundial cresceu 4,6%, em 2011. Este desempenho mais modesto também deveu-se ao abandono de algumas políticas de estímulo, particularmente no que diz respeito ao Brasil, em um cenário de pressões inflacionárias, que, no entanto, rapidamente arrefeceram (CEPAL,2011a; FMI, 2012).

As exportações cresceram, em 2010, 29%, depois de terem declinado 23% no ano anterior. No primeiro semestre de 2010, as exportações para China cresceram 45% em relação ao mesmo período de 2009. Ou seja, a um ritmo mais acelerado que o crescimento total das exportações. Em 2010, as exportações de bens primários da região para a China totalizaram 40 bilhões de dólares (cerca de 10 vezes mais que uma década antes), enquanto as exportações chinesas de bens manufaturados atingiram a cifra de 78 bilhões de dólares.

A crise mundial reforçou a dependência da América Latina em relação à Ásia. Também foi reforçada a inserção da região na economia mundial como exportadora de bens primários e manufaturas de baixo valor agregado e baseadas em recursos naturais. Cada vez mais a região passa a compor as cadeias produtivas centradas na China como fornecedora de produtos de baixo valor agregado e pouco intensivos em tecnologia.

4- Considerações finais

A Crise de 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930 ao acarretarem uma relativa desarticulação da economia mundial abriram espaços para projetos nacionais de desenvolvimento baseados no mercado interno e na industrialização via substituição de

importações para os países da América Latina que já tinham alcançado certo patamar prévio de desenvolvimento capitalista. Esses espaços permaneceram abertos até meados da década de 1970, embora desde meados dos anos 1950 obstáculos de desenvolvimento autônomo já eram claramente visíveis, o que ensejou projetos de desenvolvimento associados ao capital estrangeiro, em um contexto de retomada da internacionalização do capital e redefinição da divisão internacional do trabalho comandada pelas grandes empresas multinacionais. Nesse período observa-se um grande crescimento econômico e uma tendência para reduzir as distâncias em termos de renda com o centro do sistema. Contudo o desenvolvimentismo começou a entrar em crise na década de 1970 em virtude da incapacidade de completar os processos de industrialização, de resolver os gravíssimos problemas sociais, do acirramento da luta de classes e das transformações em curso na economia mundial.

A crise estrutural dos anos 1970 e a mundialização do capitalismo que se seguiu ao reorganizarem a divisão internacional do trabalho fecharam os espaços para o desenvolvimentismo na América Latina. O processo de substituição de importações, uma resposta adequada à situação de relativa desarticulação da economia mundial decorrente da crise dos anos de 1930 e da II Guerra Mundial, na qual as economias latino-americanas centraram o crescimento no mercado interno, mostrou-se inadequada no novo contexto, que passou a exigir, entre outros aspectos, uma indústria competitiva, desenvolvimento tecnológico autônomo e um Estado capaz de levar a cabo um projeto de inserção dinâmica na economia global.

As políticas neoliberais, que pretendiam dar uma resposta a esses diversos problemas, também fracassaram e passaram a ser cada vez mais questionadas. Não cumpriram suas promessas de garantir expressivo crescimento econômico, inserção dinâmica na economia mundial e aumento do emprego e da renda. O período entre 1990 e 2003 foi caracterizado pelo baixo crescimento, pela ampliação do desemprego, pela ampliação da desigualdade social, pela instabilidade e pela vulnerabilidade externa. A melhora da situação econômica no período 2003-2008 deveu-se ao quadro favorável da economia mundial e a adoção de medidas alternativas as políticas neoliberais. Contudo, parece não ter ocorrido alterações substantivas na inserção predominante financeira na globalização e delineou-se a tendência de especialização das economias da região na produção de produtos primários e produtos manufaturados que utilizam grandes quantidades matérias-primas e possuem baixo conteúdo tecnológico. Ou seja, nos setores menos dinâmicos da economia mundial. Uma ordem internacional multipolar, que poderá ser um dos resultados da crise atual, com grande peso

dos países asiáticos, em particular da China, reforçará, indícios sugerem, uma inserção passiva da região na economia mundial, calcada, sobretudo, na exportação de produtos primários.

Entretanto, a América Latina está longe de ser um todo homogêneo. Do ponto de vista das vias de desenvolvimento capitalista e inserção na economia mundial parecem existir diferentes alternativas no contexto atual. O rumo que será seguido dependerá de um conjunto de determinações, sendo as mais relevantes à estrutura socioeconômica, a correlação de forças entre as classes, os diferentes projetos das classes para a nação e a posição geopolítica de cada país. Para os países que tem uma economia menos diversificada e um mercado interno menor a tendência parece ser aprofundar a inserção voltada para exportação de bens primários, manufaturas de baixo valor agregado e o desenvolvimento de indústrias maquiladoras, como parece ser o caminho proposto pelos países que copõem a recém-criada Aliança para o Pacífico, embora o México, que tem uma economia mais complexa, também tenha feito essa opção, coerente com a política que imprime desde a formação da Nafta. Esses países se voltam para a Ásia e para o mercado norte-americano. Venezuela, Equador e Bolívia, que possuem governos mais a esquerda e tem projetos de autonomia, não conseguiram romper com a inserção baseada na exportação de produtos primários, apesar das tentativas de diversificação econômica levadas a cabo nos últimos anos e das políticas visando a melhor distribuição da renda. A expansão de seus mercados internos ampliou as oportunidades para as exportações manufatureiras de seus parceiros regionais, em particular do Brasil, que depois da crise passou a enfrentar competição cada vez maior dos produtos chineses. Esses países nunca lograram alcançar densidade econômica que lhes permitisse de fato maior autonomia. O México parece ter aberto mão dessa opção. A Argentina encontra-se no meio do caminho entre aqueles países de baixa densidade econômica e o Brasil, país de relativo potencial de crescimento autônomo.

Para o Brasil, a melhor saída no capitalismo global parece ser, seguindo tendência histórica que data dos anos 1930, o desenvolvimento centrado no mercado interno, o que não significa abrir mão de um forte setor exportador de commodities, que desenvolva as cadeias produtivas a ele vinculadas, e de participação do capital globalizado em sua economia. Outro espaço de acumulação que se abre constitui-se em investimentos em infraestrutura, em saúde e educação. Desenvolver o mercado interno implica ter um setor industrial forte, inclusive com alguns ramos voltados para as exportações, mas será preciso recompor as cadeias produtivas desarticuladas pelas políticas liberais. Só assim será possível sustentar o

crescimento, o emprego e a renda em um patamar elevado. Não parece ter sustentação propostas que defendem a implantação de um modelo de desenvolvimento voltado para as exportações à semelhança dos modelos asiáticos, pois contraria as tendências históricas do país, que enfatizam o desenvolvimento voltado para o mercado interno. O aprofundamento da integração regional poderá contribuir para este encaminhamento, apesar das contradições e tensões desse processo, à medida que amplia o mercado e cria melhores condições para resistir às pressões do capital globalizado. Porém, não está de forma alguma descartada uma economia centrada nas exportações de bens primários e de bens manufaturados de baixo valor agregado. Qual dessas possibilidades se concretizará ainda não é possível saber. Isto dependerá do desfecho da crise mundial e dos embates das classes e de seus projetos.

Seja como for, as alternativas colocadas para a América Latina não parecem ser das mais alvissareiras. O fracasso das políticas neoliberais e a crise atual do capitalismo se, de um lado, abrem novas possibilidades, de outro, podem reafirmar uma divisão internacional do trabalho na qual a subordinação e dependências das economias latino-americanas se aprofundem.

5- Bibliografia

AMSDEN, A - "A difusão do desenvolvimento. O modelo de industrialização tardia e a grande Ásia Oriental". In: Revista de Economia Política. São Paulo: v.12, n.1, 1992.

ARCEO, E. – “El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina: estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares”. In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. orgs.. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 360p.

ARRIGHI, G. **A ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997. 371p.

_____ - **Adam Smith em Pequim**. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BIANCARELI, A M. - “Países emergentes e ciclos internacionais”. In: CARNEIRO, R. (org.) – **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: UNESP, 2006.

BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. orgs.. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 360p.

BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, Luciano – “O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra” In: Belluzzo, Luiz G. M. e Coutinho, Renata (orgs) – **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELLUZZO, L. G. M. “O dólar e os desequilíbrios globais”. Revista de Economia Política, 2005, v. 25, n. 3, jul-set.

_____. **Os antecedentes da tormenta.** Origens da crise global. São Paulo: UNESP, 2009.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: EDUNESP, 2000. 582p.

CANUTO, O. – **Brasil e Coréia do Sul.** Os (des)caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel, 1994.

CARNEIRO, Ricardo - **Desenvolvimento em crise.** A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: EDUNESP/EU-UNICAMP

_____. “Globalização e integração periférica”. Textos para Discussão – IE/UNICAMP/126. 2007, julho, p. 2-45. www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto_dese.html (16/08/2008).

CEPAL. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago: CEPAL, 2004-2008 – www.eclac.cl/estadisticas/ (16/04/2009)

CEPAL – **La transformación productiva 20 años después.** Santiago: CEPAL, 2008a – www.eclac.cl/estadisticas/ (16/04/2009).

CEPAL – **Las relaciones económicas y comerciales entre América Latina y Asia-Pacífico.** Santiago: CEPAL, 2008b – www.eclac.cl/estadisticas/ (16/04/2009).

CEPAL – **Balance preliminar de las economías de América latina y Caribe.** Santiago: CEPAL, -2008c – www.eclac.cl/estadisticas/ (16/04/2009).

CEPAL – **Panorama social de América Latina.** Santiago: CEPAL, 2008d - www.eclac.cl (01/05/2009).

CEPAL – **Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe,** 2010a . www.eclac.org (11/09/2010)

CEPAL – **La República popular China y América Latina y Caribe:** hacia una relación estratégica. www.eclac.org (11/09/2010)

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CINTRA, M. A. M. “A exuberante liquidez global”. Economia Política Global: análise estratégica/IE-UNICAMP/5, 2005, abril./junho. www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto-dese.html (16/08/2007)

CORSI, Francisco. L. **Estado Novo: política externa e projeto nacional.** São Paulo: EDUNESP, 2000. 304p.

_____ “A questão do desenvolvimento à luz da economia capitalista” Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 2003, n. 19. p. 11-29.

_____ “Economia do Capitalismo global: um balanço crítico do período recente”. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (orgs). **Trabalho e educação. Contradições do capitalismo global**. Maringá: Práxis, 2006. 357p.

COUTINHO, Luciano – “Percalços e problemas da economia mundial capitalista”. In: Belluzzo, Luiz G. M. e Coutinho, Renata (orgs) – **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____ “A fragilidade do Brasil em face da globalização”. In BAUMANN, Renato. (org). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____ Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. (org.) – **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
FERRER, A. **A economia argentina**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

FILGUEIRAS, L. – “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”. In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. orgs.. **Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 360p. ISBN: 987-1183-56-9

FIORI, Jose. L. **Em busca do dissenso perdido. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____ **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) - **Perspectivas de La economia mundial**. 2005-2008. www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/01/estsums.pdf (16/04/2009)

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) – **Perspectivas economicas**. Las Americas. Out.2009. www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/reo2009/whd/wreo1009spdf (21/12/2009)

GONÇALVES. Reinaldo. **O vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 236p.

GOLDENSTEIN, Lúcia – **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

JENKINS, R. - “El ‘efecto China’ em los precios de los productos básicos e en el valor de las exportaciones de América Latina”, In: Revista da CEPAL. Santiago, n.103, abril, 20011.

HARVEY, D. – **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

HOBBSBAWM, E. J - **A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Cia.

das letras, 1995.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LLACH, Juan. J. - "El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo". In: *Desarrollo Económico*, 23 (92): 515-556, 1984.

LIMONICIC, F. e MARTINHO, F. C. P. (orgs.) – **A Grande Depressão**. Política económica na década de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MADDISON, Angus – **Dos crisis: América Latina y Asia (1929-1938/1973-1983)**. México, Fondo de Cultura, 1986..

MEDEIROS, Carlos A. "A China como duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo: v.2, n.3 julho-setembro, 2006.

OLIVEIRA, Francisco – **Crítica a razão dualista. Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ "A dominação globalizada estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil". In: BASUALDO, E. M. e ARCEO, E. orgs.. **Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 360p.

PALMA, Gabriel – "Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina". In FIORI, Jose. L. (org). **O poder Americano**. Petrópolis, Vozes, 2005. 454p.

REYNO, Jose. E.(org.). **La economia mundial y América Latina**. Buenos Aires Clacso, 2005. 510p.

ROMERO, L. A. – **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILBER, J. (org.) – **La república de Corea hoy**. Córdoba: Comunicarte, 1997.

STALLINGS, Barbara e PERES, Wilson. **Crecimiento, empleo y equidad. El impacto de las reformas económicas em América Latina**. México: Fondo de Cultura Económico, 2000. 302p

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. – **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: UNESP, 2007.

WALKER, R. e BUCK, D. (2007) – "La vía China". In: *New Left Review*. Madrid, nº 46, set/out (Versão em espanhol).

Recebido em: Maio 2013

Aprovado em: Agosto 2013